

# SUMÁRIO



PREFÁCIO .....	7
NOTA DO AUTOR À 3. <sup>a</sup> EDIÇÃO .....	11
NOTA DO AUTOR À 2. <sup>a</sup> EDIÇÃO .....	13
APRESENTAÇÃO À 1. <sup>a</sup> EDIÇÃO.....	15
OBRAS DO AUTOR .....	17
<b>CAPÍTULO 1 – GÊNESE DA JUSTIÇA PENAL INTERNACIONAL .....</b>	<b>21</b>
1.1. Introdução.....	21
1.2. As tendências modernas do Direito Internacional .....	22
1.3. A reconstrução dos direitos humanos no período pós-guerra .....	27
1.4. A efetiva jurisdicionalização do Direito Internacional .....	30
1.5. Rumo à justiça penal internacional de caráter permanente.....	38
<b>CAPÍTULO 2 – O ESTATUTO DE ROMA E A CRIAÇÃO DO TRIBUNAL PENAL INTERNA- CIONAL.....</b>	<b>42</b>
2.1. Aprovação e entrada em vigor do TPI .....	42
2.2. Características do TPI.....	46
2.3. Estrutura e funcionamento do Tribunal.....	48
2.4. Cooperação internacional e admissibilidade de casos perante o Tribunal.....	55
2.5. Impossibilidade de reservas ao Estatuto e alterações posteriores .....	58
<b>CAPÍTULO 3 – COMPETÊNCIA MATERIAL DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL .....</b>	<b>60</b>
3.1. Crimes de competência do Tribunal .....	60
3.1.1. Crime de genocídio.....	61
3.1.2. Crimes contra a humanidade.....	64
3.1.3. Crimes de guerra .....	68
3.1.4. Crime de agressão.....	71
3.2. Outros crimes internacionais.....	75

CAPÍTULO 4 – A REGRA DA RESPONSABILIDADE PENAL INTERNACIONAL DOS INDIVÍDUOS.....	77
4.1. A consagração do princípio da responsabilidade penal internacional dos indivíduos .....	77
4.2. O homem como sujeito de Direito Internacional e a exclusão das imunidades.....	79
CAPÍTULO 5 – IMPACTO DO ESTATUTO DE ROMA DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL NO DIREITO INTERNO BRASILEIRO .....	83
5.1. Os (aparentes) conflitos entre o Estatuto de Roma de 1998 e o texto constitucional brasileiro .....	83
5.1.1. A entrega de nacionais ao Tribunal Penal Internacional.....	84
5.1.2. A pena de prisão perpétua.....	88
5.1.3. A questão das imunidades e o foro por prerrogativa de função	93
5.1.4. A questão da reserva legal .....	94
5.1.5. A questão do respeito à coisa julgada .....	95
5.2. Obrigatoriedade dos Estados-partes em respeitar o Direito Internacional convencional.....	96
CAPÍTULO 6 – EFICÁCIA INTERNA DAS DECISÕES E SENTENÇAS PROFERIDAS PELO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL.....	98
6.1. Colocação do problema no direito brasileiro .....	98
6.2. Falta de competência do STJ para homologar as sentenças proferidas pelo TPI .....	99
6.3. Competência para a execução das decisões do TPI no Brasil.....	102
CAPÍTULO 7 – PERSPECTIVAS PARA OS DIREITOS HUMANOS E PARA A JUSTIÇA PENAL INTERNACIONAL NO SÉCULO XXI .....	105
7.1. Relevância do TPI para a proteção internacional dos direitos humanos e para as ciências criminais.....	105
7.2. Conclusão geral.....	107
BIBLIOGRAFIA .....	109
ANEXO: ANTEPROJETO DE LEI PARA IMPLEMENTAÇÃO DO ESTATUTO DE ROMA .....	119